



JUCESP PROTOCOLO  
0.611.135/20-6



## COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

### ATA DA 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril de dois mil e vinte (2020), às quinze horas, na Rua Boa Vista número cento e sessenta e dois (162), sexto (6º) andar, São Paulo, SP, participaram, de modo virtual, na Assembleia Geral Ordinária, os acionistas da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, C.N.P.J 71.832.679/0001-23 - NIRE 35300136497, titulares das ações correspondentes à maioria do capital social com direito a voto, conforme consta da gravação da videoconferência, comprovando a presença de acionistas, tendo sido o Estado de São Paulo representado pela Procuradora do Estado Cristiane Vieira Batista de Nazaré e a São Paulo Transporte S/A, pela Doutora Lúcia Helena Rodrigues Capela. Estavam presentes, por parte da CPTM, o Senhor Silvani Alves Pereira, Presidente do Conselho de Administração da CPTM, a Senhora Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga e a Senhora Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob, como representantes do Conselho Fiscal da CPTM, a Senhora Roberta Campedelli A. Gonçalves e como representante da empresa Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, o Senhor Dennis Pavia Villalva. Verificada a existência de número legal, e na forma do artigo 5º (quinto) do Estatuto Social, a presidência foi exercida pelo Senhor Silvani Alves Pereira, Presidente do Conselho de Administração da CPTM, que designou para secretariar os trabalhos a Senhora Lúcia Helena Rodrigues Capela. Constituída a mesa, declarou o Senhor Presidente regularmente aberta a 27ª (vigésima sétima) Assembleia Geral Ordinária. O Senhor Presidente procedeu à leitura do Aviso aos Acionistas, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 28 de março de 2020 e do mês de março de 2020 e no jornal Agora SP no dia 28 de março de 2020, neste teor: "COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM - C.N.P.J. 71.832.679/0001-23 - AVISO AOS ACIONISTAS - Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao encerramento do exercício social de 2019, acham-se à disposição dos Acionistas desta Sociedade em sua sede localizada na Rua Boa Vista, nº 162, 6º andar, nesta Capital. São Paulo, 28 de março de 2020. Pedro Tegen Moro - Diretor Presidente". Dando prosseguimento aos trabalhos, o Senhor Presidente realizou a leitura do edital de convocação, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 15, 16 e 17 do mês de abril de 2020 e no jornal Agora São Paulo nos dias 15, 16 e 17 do mês de abril de 2020, neste teor: "GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM - C.N.P.J. 71.832.679/0001-23 - CONVOCAÇÃO - "27ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Convocamos os Acionistas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 29/04/2020, às 15h00, a ser realizada de modo virtual, via videoconferência, em observância à Medida Provisória nº 931/2020 no sentido de garantir aos Acionistas a participação e o voto à distância, nos termos da regulamentação aplicável, em razão da pandemia da COVID-19, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia: A - Assembleia Geral Ordinária: 1) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; 2) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 3) Eleição dos membros do Conselho de Administração; 4) Fixação da remuneração dos membros dos órgãos estatutários. São Paulo, 15 de abril de 2020. SILVANI ALVES PEREIRA - Presidente do Conselho de Administração." A seguir, foi dispensada a leitura dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da Empresa, por serem de conhecimento dos presentes. O Relatório, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, por terem sido publicados nos jornais Agora SP e no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia

- ☐ Adriana Alves G. de Oliveira
- ☐ Edna Barbosa M. de
- ☐ Eliane Alves Macedo
- ☐ Elton Jones Laranja
- ☐ Ivaneide Maia
- ☐ Luis José Tadeu Ma





(continuação da ata da segunda sessão da 27ª Assembleia Geral Ordinária

03 de abril de 2020. O Senhor Presidente registrou que os assuntos objeto da ordem do dia foram encaminhados ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, tendo aquele Órgão se manifestado por meio do Parecer CODEC nº 030/2020 (Processo Eletrônico SFP-PRC-2020/07317), de cujo teor foi dado conhecimento aos acionistas presentes. Considerando a instrução processual, inclusive a manifestação técnica da Coordenadoria da Administração Financeira - Departamento de Entidades Descentralizadas - CAF-DED, órgão da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a matéria assemblear encontra-se em condições de ser submetida à apreciação dos acionistas, devendo o voto do Senhor Procurador do Estado ocorrer com observância dos parâmetros a seguir. Assim, em continuidade foi dado início aos trabalhos e colocados os assuntos em discussão: A - 27ª (vigésima sétima) Assembleia Geral Ordinária: A matéria constante do item "1" (um) da pauta versa sobre o exame e apreciação das demonstrações financeiras do exercício social de 2019. Sobre as demonstrações financeiras, a "RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S" opina em seu Relatório no sentido de que, "exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada 'Base para opinião com ressalvas', as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil": "Base para opinião com ressalva - Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 65 trens e peças sobressalentes dos mesmos, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 1.773.578 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 92.893 mil (58 trens e peças sobressalentes ao custo de R\$ 1.597.315 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 47.386 mil em 2018). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações contábeis da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - CODEC. Consequentemente, o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 1.773.578 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.597.315 mil em 31 de dezembro de 2018) respectivamente. Também apresenta observações, assim como registra parágrafos de "Ênfases", a seguir transcritos: "Incerteza significativa relacionado com a continuidade operacional - A Companhia vem apresentado prejuízos sucessivos, sendo R\$ 237.287 mil apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 547.729 mil para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2018) e o passivo circulante da Companhia excedente ao ativo circulante em R\$ 166.705 mil (R\$ 231.154 mil em 2018). Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 20, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a necessidade de recursos de seu acionista controlador (Fazenda do Estado de São Paulo), para fazer frente ao Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos termos da Lei nº 16.923 de 07/01/2019, os repasses financeiros à Companhia foram de R\$ 523.802 mil (R\$ 865.656 mil em 2018), a título de aportes para futura capitalização. Conforme deliberado na 56ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 19 de dezembro de 2019, foi capitalizado o montante de R\$ 1.748.864 mil correspondente aos repasses efetuados pelo acionista controlador no período de novembro/2016 (resíduo) a setembro de 2018, assim sendo, mantido o montante de R\$ 665.968 mil para futura capitalização, cuja proposta deve ser conduzida pela Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Ênfase** - Denúncia Criminal pelo Ministério Público - Conforme mencionado na





(continuação da ata da segunda sessão da 27ª Assembleia Geral Ordinária

nota explicativa nº 32, em 09 de junho de 2017, foi apresentada uma Denúncia Criminal pelo Ministério Público, por meio do GEDEC - PIC-GEDEC/MP-SP nº 07/2014 (Grupo de Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativo), em que arrolados 4 gestores da Companhia e representantes das empresas que participaram no Processo Licitatório realizada pela Companhia, com relação a Manutenção dos Trens Metropolitanos (Projetos CPTM: S2000 S2100 S3000 S2070 S7000 S7500), que se encontra em fase de defesa prévia dos denunciados. Quanto ao exposto, até o momento não houve qualquer intimação e/ou abertura de qualquer processo judicial. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. Processos judiciais - A Companhia possui processos judiciais de natureza cíveis de reequilíbrio econômico e financeiro de contratos ainda em tramitação judicial. Com relação a estes processos, em caso de perda para a Companhia, será gerado um passivo, e consequentemente um ativo (ativo fixo) correspondente, a qual será lançado a resultado somente através de sua depreciação. Em 31 de dezembro de 2019 este montante é de R\$ 164.914 mil (R\$ 222.329 mil em 31 de dezembro de 2018). Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. Processos trabalhistas - Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados são reembolsados à CPTM nos termos no Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-601078/2010. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. Cobertura de Seguros - Conforme mencionado na nota explicativa nº 31, a Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestados. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. O Relatório do Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras. À vista dos relatórios da auditoria independente e do Comitê de Auditoria e das manifestações dos Conselhos de Administração e Fiscal, o Senhor Procurador do Estado deliberou pela aprovação do item, com abstenção do representante da São Paulo Transportes S/A - SPTrans. Contudo, sem prejuízo da aprovação da matéria constante desse item, deverá ser recomendado à administração da Companhia que adote as providências necessárias para sanar a matéria objeto da ressalva apresentada pela auditoria independente. No item "2" desta pauta, o Senhor Procurador do Estado acolheu a eleição dos indicados para o Conselho Fiscal, conforme segue: **GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA**, brasileiro, solteiro, Administrador, RG nº 27.358.959-3, CPF nº 270.533.078-08, residente e domiciliado na Rua Cardoso de Almeida, 1205 - apto. 141, São Paulo, SP e seu respectivo suplente **RUBENS PERUZIN**, brasileiro, casado, Servidor Público, RG nº 13.725.920-7, CPF nº 047.022.868-79, residente e domiciliado na Rua Henrique Sertório, 287 - apto. 224, São Paulo, SP, (ambos em 1º mandato); Senhor **JOSÉ RICARDO MEGA ROCHA**, brasileiro, divorciado, Administrador, RG nº 2.650.615-71-BA, CPF nº 391.090.385-15, com endereço na Rua Sorocaba, nº 305, apto. 1904, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ e sua respectiva suplente Senhora **JÉSSICA SOUZA DE BRITO**, brasileira, casada, graduada em Letras, RG nº 33.726.042-4, CPF nº 297.576.608-41, com endereço na Rua Costa Barros, nº 2.200, Sítio Pinheirinho, São Paulo, SP, (ambos em 2º mandato - 1º recondução); Senhora **ROBERTA CAMPEDELLI AMBIEL GONÇALVES**, brasileira, casada, Advogada, RG nº 20.729.825-7, CPF nº 694.224.436-87, com endereço na Rua Geremio, 174, Indaiatuba, São Paulo e seu respectivo suplente Senhor **MICHAEL SOTEL O CERQUEIRA**, brasileiro, casado, Advogado, RG nº 33.427.569-6, CPF nº 284.295.456-08, residente e domiciliado na Rua Joaquim Ferreira, nº 124, apto. 1401, Agua

S Paulo-SP 20 AGO 2020

☒ Adriana Alves de Oliveira  
☒ Edna Barbosa A. de Oliveira  
☒ Eliane Alves Matos  
☒ Elton Joana Laires  
☒ Ivande Maia  
☒ Luis José Tadeu





(continuação da ata da segunda sessão da 27ª Assembleia Geral Ordinária

Branca, São Paulo, SP, (ambos em 3º mandato – 2º recondução) e Senhor **JOSÉ LUIZ GAVINELLI**, brasileiro, casado, Administrador Público, RG nº 10.262.374-0, CPF nº 860.347.908-91, com endereço na Rua João Pessoa, 70 – apto. 132, São Bernardo do Campo, SP, como membro efetivo e sua respectiva suplente Senhora **ELISABETE MIYUKI NAKAYAMA**, brasileira, solteira, Administrador de Empresas, RG nº 30.733.939-7, CPF nº 279.520.398-73, com endereço na Rua Macambau, nº 190, Guarulhos, SP, (ambos em 2º mandato – 1º recondução), cujas Declarações de Desimpedimentos encontram-se arquivadas na sede da Companhia. As indicações contaram com a competente autorização governamental (ofícios ATG nºs 082/2020 e 125/2020), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00412) que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018. Ainda, nos termos do artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é garantida a participação de representante do acionista minoritário no Conselho Fiscal, nos termos do artigo 240, da Lei Federal 6.404/1976. Tendo em vista a ausência de representante do acionista União Federal e a não indicação de membro, pelo acionista minoritário com maior participação no capital social da Companhia, ficará vago o cargo de membro para o Conselho Fiscal e seu respectivo suplente, que será objeto de futura Assembleia Geral dos Acionistas a ser convocada para tal finalidade. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse. Os conselheiros fiscais ora eleitos exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável, tendo sido este item da pauta aprovado pelo representante do Estado de São Paulo, abstendo-se o representante da São Paulo Transporte S/A – SPTrans. A matéria a ser apreciada no item "3" da pauta trata da eleição dos membros para compor o Conselho de Administração. As indicações contaram com a competente autorização governamental (ofício ATG nº 082/2020) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00388) que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018. Ainda, conforme o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 8º, do estatuto social da empresa, o Diretor-Presidente integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar aquele cargo. De consequente, o Senhor Procurador do Estado, acolheu, com a abstenção da acionista São Paulo Transporte S/A – SPTrans, a eleição dos Senhores: **SILVANI ALVES PEREIRA**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 936.405, CPF nº 233.820.821-87, residente e domiciliado na SQS, 109 – Bloco C, apto. 606, Brasília, DF, como Presidente do Conselho, (2º mandato – 1º recondução); **PEDRO TEGON MORO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 21.448.592-4 e do CPF nº 144.051.718-58, residente e domiciliado na Rua Turiassu, 75 – apto. 81, São Paulo - SP, como membro, na qualidade de Diretor Presidente da Companhia, (2º mandato – 1º recondução); **ADAILTON FERREIRA TRINDADE**, brasileiro, casado, Administrador, RG nº 809.817, CPF nº 317.250.151-53, residente e domiciliado na Rua 24 Norte Lote 1/2 – Bloco A, apto. 1401, Aguas Claras, Brasília, DF, como membro, (2º mandato – 1º recondução); **ALMINO MONTEIRO ALVARES AFFONSO**, brasileiro, advogado, RG nº 10.869.084, CPF nº 297.058.198-15, residente e domiciliado na Rua Desembargador Ferreira França nº 40, apartamento nº 132 - Bloco A,

S Paulo-SP 20 AGO. 2020





(continuação da ata da segunda sessão da 27ª Assembleia Geral Ordinária

São Paulo, SP, como membro, (2º mandato – 1º recondução); **ANDRÉ LUIS GROTTI CLEMENTE**, brasileiro, solteiro, Auditor Fiscal de rendas Estadual, portador do RG nº 19.313.656-9 SSP/SP, CPF nº 261.955.328-86, residente e domiciliado na Alameda Ribeirão Preto, 285, apto. 61, Bela Vista, São Paulo, SP, como membro, (2º mandato – 1º recondução); **CARLOS PEDRO JENS**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, RG nº 2.701.036, CPF nº 003.300.198-72, residente e domiciliado na Rua Dr. José Rodrigues Alves Sobrinho, 150 M-22, São Paulo, SP, como membro, (2º mandato – 1º recondução); **DANILO FERREIRA GOMES**, brasileiro, divorciado, Servidor Público, residente e domiciliado na Rua 90, nº 600, apto. 400, Setor Sul, Goiânia, GO, como membro, (2º mandato – 1º recondução); **BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, Economista, RG nº 159.072, CPF nº 066.814.761-04, residente e domiciliado na SQS 105, Bloco E, apto. 304, Brasília, DF, como membro independente (2º mandato – 1º recondução); **ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT**, brasileira, casada, Professora Universitária, RG nº 13.613.432-4, CPF nº 147.735.128-06, residente e domiciliada na Rua Pedroso Alvarenga, 263 – apto. 171, São Paulo, SP, como membro independente e Coordenadora do Comitê de Auditoria, (1º mandato). Cujas Declarações de Desimpedimento encontram-se arquivadas na sede da Companhia. Com relação ao membro do Conselho de Administração representante dos empregados, o processo eleitoral que estava em curso para substituição da Conselheira Maria Lina Benini precisou ser suspenso em virtude da COVID-19, aplicando-se o artigo 40 do Estatuto Social da Companhia. Da mesma forma, caso exercida, não deverá ser obstada a prerrogativa da União Federal, na condição de representante do acionista minoritário com maior participação no capital social da Companhia, de eleição de um membro para o Conselho de Administração, nos termos do artigo 239, da Lei Federal nº 6.404/1976, devendo a conformidade ser atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do estatuto social. Tendo em vista a ausência de representante do acionista União Federal e a não indicação de membro pelo acionista minoritário com maior participação no capital social da Companhia, ficará vago o cargo de membro para o Conselho de Administração, nos termos do artigo 239, da Lei Federal nº 6.404/1976, que será objeto de futura Assembleia Geral dos Acionistas a ser convocada para tal finalidade. Os conselheiros eleitos deverão exercer suas funções nos termos do estatuto social da empresa, com um novo mandato unificado até a Assembleia que se destinar à aprovação das contas de 2021. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela empresa no ato da posse. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. Com relação ao item "4" da pauta que cuida da fixação da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho e Fiscal e do Comitê de Auditoria, em atendimento aos artigos 152, caput, e 162, §3º, da Lei Federal nº 6.404/1976, e artigo 41, caput, do estatuto social, a fixação de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal é matéria reservada à Assembleia de Acionistas. Ainda, o parágrafo primeiro, do artigo 41, do estatuto social, dispõe que a remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral. Assim sendo, o Senhor Procurador do Estado deliberou pela sua aprovação, com abstenção do representante da São Paulo Transportes S/A – SPTrans, fixando a remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração) e dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento e do Comitê de Auditoria, nos estritos termos da Deliberação CODEC nº 001/2018, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 30 de março de 2019 e atualizada pela Deliberação CODEC nº 001/2019, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 04 de maio de 2019 e com vigência a partir daquela data. Finalmente, o Senhor Procurador do Estado, com base no Parecer CODEC nº 030/2020, esclareceu que não deverão ser deliberadas outras matérias sem a

S. Paulo-SP 20 A GO. 2020



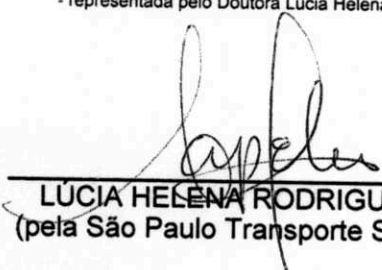


(continuação da ata da segunda sessão da 27ª Assembleia Geral Ordinária  
prévia e expressa manifestação do CODEC. Encerramento: Esgotada a Ordem do Dia, foi  
franqueada a palavra aos presentes. Como ninguém mais fez uso dela, foram suspensos os  
trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi lida a ata,  
achada conforme, aprovada e assinada pelos abaixo arrolados. São Paulo, 29 de abril de  
2020.

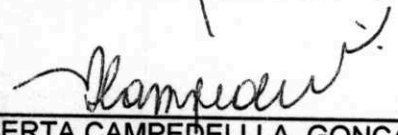
Acionista  
presentes: O Estado de São Paulo  
São Paulo Transporte S.A.

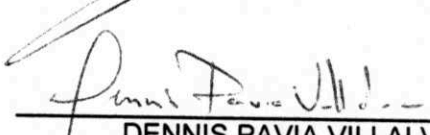
- representado pela Doutora Cristiane Vieira Batista de Nazaré  
- representada pelo Doutora Lúcia Helena Rodrigues Capela

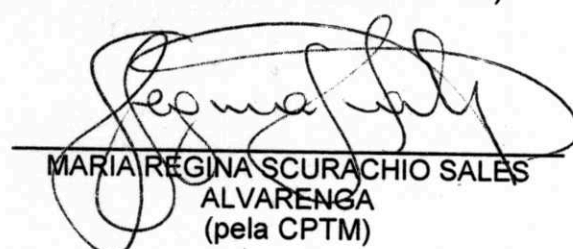
  
CRISTIANE VIEIRA BATISTA DE NAZARÉ  
(pelo Estado de São Paulo)


  
LÚCIA HELENA RODRIGUES CAPELA  
(pela São Paulo Transporte S/A – SPTrans)

  
SILVAN ALVES PEREIRA  
(pelo Conselho de Administração da CPTM)

  
ROBERTA CAMPEDELLI A. GONÇALVES  
(pelo Conselho Fiscal da CPTM)

  
DENNIS PAVIA VILLALVA  
(pela Russel Bedford Brasil auditores  
Independentes S/S)

  
MARIA REGINA SCURACHIO SALES  
ALVARENGA  
(pela CPTM)

  
CAROLINA VILELA SANTORO DE CASTRO  
VIANNA JACOB  
(pela CPTM)

24º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL  
TULLIO FORMICOLA

R. Alvares Penteado, 97 - F. 3242.1400

AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia  
reprográfica, extraída destas notas, a qual  
confere com o original, ao que dou Fé.

X  
S. Paulo-SP

20 ABR 2020

☐ Adriana Alves G.  
☐ Edna Barbosa M.  
☐ Eliane Alves M.  
☐ Elton Jonnes Laranja Rinaldin  
☐ Ivaneide Maia  
☐ Luis José Tadeu Macedo



ELTON JONNES LARANJA RINALDIN  
ESCREVENTE

JUCESP

04 SET 2020

